Por uma abordagem cognitiva da linguagem humana

Sandra Maria Silva Cavalcante*

Resumo

Este artigo tem por objetivo convidar o leitor a refletir sobre a importância da realização de estudos que focalizam a linguagem humana em sua indissociável relação com a cognição. Para isso, são apresentadas diferentes perspectivas para os estudos da linguagem, de forma a priorizar uma concepção corporificada e situada, contextualizada, dialógica de cognição. O estudo defende a tese de que independentemente da ascendência científica e filosófica a que pesquisadores, professores e estudantes se afilem, faz-se necessário considerar a natureza multifacetada, pluridimensional e, portanto, complexa desse objeto de investigação. Dentre as referências teóricas que sustentam e justificam a discussão desenvolvida no artigo, destacam-se Lakoff e Johnson (1999); Sinha (1999); Donald (1999); Morin (1999, 2004); Geeraerts (2006) e Tomasello (2003a, 2003b, 2008). Por fim, para ilustrar a potencialidade da abordagem cognitiva para os estudos linguísticos, o artigo propõe uma redefinição do fenômeno da intertextualidade.

Palavras-chave: cognição; linguagem; dialogismo; atos linguísticos; intertextualidade.

* Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Doutora em Linguística. Professora do Programa de Pós-graduação em Letras. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8433-1792>.

Towards a cognitive approach of human language

Abstract

This article aims to invite the reader to reflect on the importance of carrying out studies that focus on human language in its inseparable relationship with cognition. In order to do so, different perspectives for language studies are presented, prioritizing an embodied and situated, contextualized, dialogic conception of cognition. The study defends the thesis that regardless of the scientific and philosophical roots to which researchers, teachers and students are affiliated, it is necessary to consider the multifaceted, multidimensional and, therefore, complex nature of this object of investigation. Among the theoretical references that support and justify the discussion developed in the article stand out Lakoff and Johnson (1999); Sinha (1999); Donald (1999); Morin (1999, 2004); Geeraerts (2006) and Tomasello (2003a, 2003b, 2008). Lastly, in order to illustrate the potentiality of a cognitive approach for linguistic studies, the article proposes a redefinition of the intertextuality phenomenon.

Keywords: cognition; language; dialogism; linguistic acts; intertextuality.

[...] a cognição não é apenas o que acontece na mente individual [...] a cognição é encéfala, corporificada, enculturada, estendida e distribuída.

Geertz (2010, p. 305)

Estudos realizados em diferentes campos do saber, no âmbito das Ciências Cognitivas, assumem diferentes concepções para a busca de compreensão da indissociável relação entre cognição e linguagem. Nos trabalhos de pesquisa e de formação de professores que desenvolvemos, o estudo dessa relação pressupõe que a cognição humana deve ser reconhecida e compreendida em uma perspectiva corporificada¹. Essa compreensão não deve nos afastar, no entanto, do reconhecimento da importância de estudos realizados com base em outros princípios epistemológicos, em diferentes concepções de cognição e de linguagem², as quais, inclusive, podem ser identificadas em trabalhos publicados nesta edição.

Neste texto, a tensão entre (ou a atenção a) diferentes perspectivas para o estudo da relação entre cognição e linguagem tem por objetivo convidar o leitor a refletir sobre como e por que a linguagem humana pode e deve ser estudada em uma perspectiva cognitiva.

1 Cognição e linguagem: estudos em diferentes perspectivas

Uma retomada do percurso adotado pela Ciência Cognitiva, no que concerne ao campo da Linguística, para o estudo da relação entre Linguagem e Cognição, coloca-nos diante de estudos que se encaminham em diferentes perspectivas. Uma primeira perspectiva, assumida por cognitivistas clássicos, toma como objetos de investigação aspectos mentais, considerados inatos, autônomos e universais no processamento linguístico, que permitiriam uma precisa descrição lógico-formal de sua estruturação. Uma severa crítica a essa forma de investigação científica se constitui com base no argumento de que, quando se trata da relação entre linguagem e sociedade, essa perspectiva poderia denominar-se *descorporificada*³, isto é, uma perspectiva que considera a mente como radicalmente dissociada do

1 Sobre o assunto, conferir Cavalcante (2020, 2021) e Cavalcante, Militão (2019).

2 Sobre o assunto, conferir Cavalcante (2002; 2009).

3 Sobre isso, conferir Lakoff e Johnson (1999).

“corpo” humano e de suas capacidades e experiências sensório-perceptuais. Na obra *Philosophy in the Flesh*, Lakoff e Johnson (1999) apresentam essa crítica:

Herdamos da tradição filosófica ocidental uma teoria psicológica, segundo a qual temos uma “faculdade” da razão que se encontra separada e independente daquilo que fazemos com nossos corpos. Em particular, a razão é vista como independente da percepção e dos movimentos corporais. Na tradição ocidental, essa capacidade autônoma da razão é considerada como aquilo que nos torna essencialmente humanos, distinguindo-nos de todos os outros animais [...]. As evidências fornecidas pela Ciência Cognitiva mostram que esta psicologia clássica baseada na faculdade da razão está errada. Não há nenhuma faculdade da razão autônoma, separada e independente de capacidades corporais como a percepção e o movimento. (Lakoff; Johnson, 1999, p. 16-17, tradução da autora)

Em consonância com os argumentos apresentados por Lakoff e Johnson (1999), uma concepção subjacente a essa primeira perspectiva fundamenta-se em uma visão objetivista (platônico-aristotélica) da natureza da linguagem, da produção de sentido e da racionalidade humana⁴. Essa visão, pautada na longa tradição filosófica ocidental, tem exercido forte influência em um amplo e dominante programa de pesquisa que congrega um número expressivo de disciplinas — Filosofia, Psicologia, Ciências Computacionais e, como carro-chefe, a própria Linguística.

Ao discutir os fundamentos da tradição filosófica ocidental objetivista, no prefácio da obra *The Body in the Mind*, Johnson (1987) contesta a concepção racionalista da realidade, segundo a qual a razão é uma capacidade puramente formal de conectar e “desenhar” conceitos literais de acordo com regras lógicas. Segundo Johnson, nessa perspectiva, para descrever uma realidade objetiva, precisamos de uma linguagem que expresse conceitos que possam ser mapeados entre objetos, propriedades e relações que se instituem de forma contextualmente literal, unívoca e independente.

Crescente a partir dos anos 80, uma segunda perspectiva dos estudos da linguagem, também denominada Linguística Cognitiva, contrapõe-se francamente ao cognitivismo clássico e investe no desenvolvimento

⁴ A esse respeito, conferir *A crisis in the theory of meaning and rationality*, em Johnson (1987). Além disso, em Lakoff e Johnson (1999), o capítulo que dá nome à obra *Philosophy in the flesh*.

de práticas investigativas de caráter empírico que buscam compreender a linguagem como uma forma de ação no mundo, integrada a habilidades cognitivas mais gerais, dentre as quais a percepção, a atenção, a memória, e decorrentes de operações cognitivas básicas como a esquematização, a categorização e a perspectivação. Investigações científicas que privilegiam essa compreensão de linguagem têm apresentado importantes avanços no que se refere à corporeidade da mente, à inconsciência cognitiva e ao pensamento metafórico.

Na verdade, estamos defendendo a idéia de que a segunda geração da Ciência Cognitiva adote uma nova postura diante da filosofia — a de uma filosofia corporificada que será consistente com as descobertas sobre a corporificação da mente, o inconsciente cognitivo e o pensamento metafórico [...]. A Linguística Cognitiva surgiu de mãos dadas com a segunda geração da Ciência Cognitiva e, ao longo dos anos, vem se tornando parte dela. Tal lingüística não está sujeita à intrusão da filosofia cartesiana e formalista. Ela, certamente, tem suas próprias pressuposições filosóficas, mas essas são de natureza metodológica, tendo a ver com a demanda por generalizações, por evidências convergentes e pela realidade cognitiva. Elas [essas evidências] não especificam, a priori, o que a investigação empírica deve descobrir [...]. (Lakoff; Johnson, 1999, p. 495-496, tradução da autora)

As perspectivas teórico-metodológicas adotadas pelo Cognitismo Clássico e pela segunda geração da Ciência Cognitiva, apesar de serem consideradas controversas em sua essência, apontam para o fato de que o heterogêneo campo de estudo em que se investigam as relações entre linguagem e cognição configura-se a partir de um consenso: a linguagem humana é um “fenômeno”, indiscutivelmente, complexo, multifacetado e, portanto, passível de diferentes e nem sempre convergentes abordagens. Geeraerts (2006), assim, descreve o cenário em que essas diferentes abordagens se instituem no final do século XX e início do século XXI:

O desenvolvimento da linguística no século XX se caracteriza pela sucessão de duas abordagens predominantes: a estruturalista e o gerativista. Atualmente, na primeira década do século XXI, o paradigma gerativista não é mais a moldura principal, embora não haja ainda, de forma clara, uma nova abordagem central.

Se olharmos para a Linguística Cognitiva a partir desta perspectiva, há indicações de que ela combina um número de tendências que podem ser encontradas em outros desenvolvimentos contemporâneos da linguística teórica, ou seja, no amplo leque de abordagens funcionalistas da linguística. [...] Especificamente falando, se reconhecemos que a descontextualização é uma característica subjacente fundamental do desenvolvimento da teoria gramatical na linguística do século XX, podemos dizer que a Linguística Cognitiva corporifica vigorosamente a tendência de recontextualização que é compartilhada pela maioria das abordagens funcionalistas. (Geeraerts, 2006, p. 25)

Nesse percurso epistemológico, o final da década de 80 do século XX marca um importante momento: a busca de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento por respostas para uma antiga pergunta: que relação há entre cognição humana, linguagem e vida social?

Assumir este questionamento pressupõe integrar-se a uma agenda de investigação científica que focaliza os processos cognitivos relacionados à linguagem como processos que se, por um lado, são determinados pela fisiologia cerebral, pela arquitetura mental da espécie humana, por outro, constituem e são constituídos pelas práticas sociais e culturais dos diferentes grupos em que os seres humanos se organizam. As práticas sociais e culturais, por sua vez, se realizam — e se atualizam — em concretas situações de interação humana, ou seja, nas concretas e dinâmicas formas de uso da linguagem a que os seres humanos se integram, desde a mais tenra infância.

As habilidades linguísticas que um indivíduo possui em qualquer momento — sob a forma de um “inventário estruturado de unidades simbólicas” — resulta de suas experiências acumuladas com a língua e são obtidas pela totalidade de eventos de usos ao longo de sua vida. Essa experiência linguística acumulada sofre processos de entrenchamento, devido aos usos repetidos de expressões específicas no decorrer desses eventos de uso, e a processos de abstração resultantes das variações de expressões específicas no decorrer dos eventos de uso. Sob esse foco, nos eventos de uso e nos processos de aprendizagem de línguas, que ocorrem nesses eventos, um aspecto crucial na agenda de pesquisa dos modelos de língua baseados em uso é, ou deveria ser, o estudo de como os seres humanos constroem os aspectos mais básicos de sua competência linguística desde a infância (Tomasello, 2006, p. 439)

Da mesma forma como deve ser compreendido o próprio conhecimento humano, no desafio maior da agenda de pesquisas do início do século XXI, a linguagem humana passa a ser concebida — e, portanto, investigada — como um “fenômeno” inextricavelmente biofisiológico, psicocognitivo, sociocultural e histórico⁵. O aparato científico-metodológico e tecnológico de que dispomos nos tem permitido alcançar importantes resultados de pesquisa sobre a linguagem humana nessas diferentes dimensões⁶. Esses resultados provêm do aprofundamento de estudos realizados em áreas do conhecimento como a Biologia Evolucionária, a Antropologia Cognitiva, a Psicologia Cognitiva, a Psicolinguística, a Linguística Cognitiva.

Em função da longa tradição lógico-formal que ainda se institui, inclusive, no campo das Ciências Humanas, esse aparato científico, no entanto, ainda não nos permitiu uma abordagem que integrasse, definitivamente, essas diferentes e inextricáveis dimensões. No decorrer de séculos, dividimos o ser humano em peças tão pequenas, organizadas em compartimentos tão bem definidos, que, hoje, nos custa um esforço enorme a reconstituição da imagem original que se esconde entre as partes desse quebra-cabeça.

Nesse contexto, cabe enfatizar que, independentemente da ascendência filosófica a que nos afiliemos, da peça que desejemos eleger como fundamental para a montagem desse complexo quebra-cabeça, da perspectiva epistemológica que adotemos, a opção por um paradigma “pragmaticista” ou um paradigma “mentalista” que fundamente um trabalho científico sobre a constituição e o funcionamento da linguagem humana não nos permite desconhecer — desconsiderar — a natureza multifacetada, pluridimensional e, portanto, complexa desse objeto de investigação.

5 Para fundamentar a necessária abordagem multidimensional da construção do conhecimento humano e, em especial, da linguagem humana, conferir Morin (1999, 2004).

6 Recursos amplamente utilizados pelas Tecnologias da Comunicação e da Informação, dentre os quais gravação em som e vídeo digital; aparelhos de ressonância magnética e de tomografia computadorizada; tecnologia *Eye tracking*, softwares especializados, entre os quais o Elan (versão 6.0, 2020), vêm contribuindo, de forma significativa, para a qualidade de trabalhos de pesquisa que investigam diferentes aspectos da linguagem humana.

2 Cognição, linguagem e atos linguísticos: concepções convergentes

Uma análise histórica das origens da Linguística como ciência nos coloca diante da recomendação saussuriana de que a adoção de um determinado ponto de vista define o objeto de investigação (Saussure, 2002, p. 25). Trabalhos empíricos realizados no campo da Antropologia Evolucionária e da Psicologia Cognitiva vêm apresentando evidências científicas que nos permitem defender a tese de que a **cognição humana** é, fundamentalmente, marcada por processos *filogenéticos*, *históricos* e *ontogenéticos* que permitem ao homem beneficiar-se das diversas formas de conhecimento acumuladas pelos grupos sociais e que, ao mesmo tempo, determinam essas diversas formas de conhecimento, entre elas a própria comunicação linguística.

Na obra *Origens Culturais da Aquisição do Conhecimento Humano*, Tomasello afirma que a cognição humana tem as qualidades únicas da espécie porque

- (1) filogeneticamente, os seres humanos modernos desenvolveram a capacidade de identificar-se com seus co-específicos, o que levou a uma compreensão destes como seres mentais e intencionais iguais a eles mesmos;
- (2) historicamente, isso favoreceu novas formas de aprendizagem cultural e sociogenese, que levou a artefatos culturais e tradições comportamentais que acumularam modificações ao longo do tempo histórico;
- (3) ontogeneticamente, as crianças humanas crescem no meio desses artefatos e tradições social e historicamente construídos, o que faculta a elas (a) beneficiar-se do conhecimento e das habilidades acumuladas de seus grupos sociais, (b) adquirir e usar representações cognitivas perspectivas na forma de símbolos lingüísticos (e analogias e metáforas construídas a partir desses símbolos) e (c) internalizar certos tipos de interações discursivas, o que promove a capacidade de metacognição, redescrição representacional e pensamento dialógico. (Tomasello, 2003a, p. 13)

Por que uma hipótese multidimensional da cognição humana se revela coerente para o propósito de descrição e de explicação de diferentes fenômenos linguísticos e discursivos?

Para responder a esse questionamento, pensemos em duas das mais revolucionárias descobertas da espécie humana: o fogo e a roda. Não inventamos o fogo ou a roda todos os dias. Imaginamos e (re) inventamos os artefatos culturais com base na experiência que acumulamos filogeneticamente, historicamente e ontogeneticamente. Nossa evolução cultural é cumulativa. Desenvolvemos, utilizamos, compartilhamos e perpetuamos o nosso potencial cognitivo em meio a artefatos e práticas sociais que, apesar de sempre novos, não surgem do nada. Esses artefatos e práticas sociais reúnem a memória social da espécie humana, ou seja, toda experiência e sabedoria coletiva acumulada pelos grupos sociais a que pertencemos. A cognição humana é, nesse sentido, essencialmente social.

O fato de nascermos e crescermos em um mundo cultural traz implicações cognitivas profundas para a constituição da espécie. Sobre isso, o cientista cognitivo Merlin Donald, em trabalho intitulado *Origens do Pensamento Moderno*, afirma:

Talvez os nossos genes sejam muito idênticos aos dos chimpanzés e dos gorilas, mas a nossa arquitetura cognitiva não é. E tendo atingido um ponto crucial na nossa evolução cognitiva, somos criaturas que usam símbolos, ligados em rede, diferentes de qualquer criatura anterior a nós. Independentemente de o nosso contexto cronológico atual vir a ser posto em causa ou radicalmente alterado por investigações futuras [...]: os seres humanos são diferentes. As nossas mentes funcionam em vários planos representacionais, filogeneticamente novos, nenhum dos quais está disponível aos outros animais. Atuamos em coletividades cognitivas, em simbioses com sistemas externos de memória. À medida que desenvolvemos novas configurações simbólicas externas e novas modalidades, reconstruímos a nossa própria arquitetura mental de uma forma não trivial. (Donald, 1999, p. 456)

Desde crianças bem pequenas, reconhecemos no outro um sujeito intencional e compartilhamos com esse sujeito a aprendizagem das regras de sobrevivência natural e, da mesma forma, das regras de sobrevivência cultural, social. Nossa percepção, atenção, memória, nossa capacidade de

categorizar, de perspectivar, de criar analogias e metáforas, de resolver problemas, de referenciar e de significar, através do uso comunicativo, estético e religioso de símbolos linguísticos e não linguísticos, criados e compartilhados culturalmente, enfim, nossa cognição é impactada e parametrizada pelas nossas vivências culturais, pelas nossas experiências sociais. Essas, por sua vez, se instituem, desde a mais tenra infância, de maneira subjetiva, pessoal, idiossincrática e, simultaneamente, de maneira intersubjetiva, compartilhada, conjunta, coletiva.

A cognição humana pressupõe o conjunto de atividades mentais que envolvem a aquisição, a representação, a transformação e o emprego das diferentes formas de conhecimento e de experiências sensorio-perceptuais humanas. Essas atividades são passíveis de realização porque, diferentemente de outras espécies animais, os seres humanos modernos desenvolveram um modo particular de interagir com o mundo físico e social em que vivem. Esse modo particular de interação decorre de processos identificados nas inextricáveis dimensões — filogenética, histórica e ontogenética — que constituem a espécie. Dessas três dimensões, desdobram-se três estruturas temporais distintas que constituem a cognição humana:

[...] não se pode compreender plenamente a cognição humana — ao menos nos seus aspectos exclusivamente humanos — sem considerar em detalhes seu desdobramento em três estruturas temporais distintas: no tempo filogenético, quando o primata humano desenvolveu sua maneira única de compreender os co-específicos; no tempo histórico, quando essa forma particular de compreensão social conduziu a formas particulares de herança cultural com artefatos materiais e simbólicos que acumulam modificações no transcurso do tempo; e no tempo ontogenético, quando crianças humanas absorvem tudo o que suas culturas têm para oferecer, desenvolvendo, nesse processo, modos únicos de representação cognitiva baseado na diversidade de perspectiva. (Tomasello, 2003a, p. 283)

Ao discutir a função estruturante da linguagem, no desenvolvimento cognitivo da espécie humana, resultados de pesquisa de caráter empírico realizadas por Tomasello (2003a, 2006, 2008) descrevem evidências que corroboram a tese de que a linguagem humana deve ser compreendida como uma capacidade de expressão simbólica, associada a capacidades cognitivas mais gerais, dentre as quais as capacidades de compreensão dos

processos de atenção e de intenção que os seres humanos compartilham, constroem conjuntamente, desde a infância. Segundo Tomasello,

[...] no transcurso do tempo histórico, os seres humanos criaram em colaboração uma incrível coleção de perspectivas e interpretações categoriais sobre todo tipo de objetos, eventos e relações, e as incorporaram em seus sistemas de comunicação simbólica chamados de línguas naturais. À medida que as crianças se desenvolvem ontogeneticamente, usam suas aptidões básicas [...] em combinação com a capacidade de compreender as intenções comunicativas dos adultos — para aprender o uso das formas simbólicas relevantes. Isso lhes permite tirar vantagem de um vasto número de categorias e analogias que outros membros de sua cultura consideraram adequado criar e simbolizar e que muito provavelmente elas nunca teriam pensado em criar sozinhas. Além disso, é claro, em alguns casos elas também podem generalizar isso tudo e criar categorias e analogias novas por conta própria — lembrando sempre que a linha individual de desenvolvimento funciona a partir de materiais fornecidos pela linha cultural de desenvolvimento — que outras pessoas podem vir a adotar. (Tomasello, 2003a, p. 236-237)

Os atos linguísticos são atos sociais que um indivíduo dirige ao outro de forma intencional (e acentua que está fazendo isto) para fins de direcionar a intenção e imaginação do outro de formas específicas, de modo que um irá fazer, conhecer ou sentir aquilo que o outro deseja que ele queira. Tais atos só serão bem sucedidos quando tanto um participante quanto o outro estiverem equipados de uma infra-estrutura psicológica de habilidades e motivações de intencionalidade compartilhada desenvolvidas para facilitar interações com os outros por meio de atividades colaborativas. A linguagem, ou melhor, a comunicação linguística não é, portanto, um tipo qualquer de objeto, seja ele formal ou não; ao contrário, é uma forma de ação social constituída por convenções sociais para atingir finalidades sociais, sob premissas que contenham, no mínimo, alguns entendimentos bem como propósitos compartilhados dentre seus usuários. (Tomasello, 2008, p. 343, tradução da autora)

Em consonância com os trabalhos desenvolvidos por Tomasello, defendemos a tese de que a **linguagem humana** se caracteriza como uma “capacidade de comunicação simbólica” inerente, inata, à espécie humana.

Essa capacidade se institui e se manifesta pela ativação de domínios de conhecimento construídos, adquiridos e compartilhados intencionalmente pelos seres humanos em situações concretas de comunicação e, portanto, de interação social.

Nesse contexto epistemológico, as **línguas naturais** são compreendidas como um “sistema simbólico de comunicação” que se institui pela ativação de diferentes domínios de conhecimento semântico-pragmático, manifestados na forma de estruturas fônicas, lexicais e sintáticas compartilhadas por interlocutores que se instituem sujeitos enunciadore — aqueles que colocam a língua em atividade.

Esses sujeitos, ao se instituírem e interagirem, em uma dada cena comunicativa, produzem sucessivos e simultâneos enquadramentos ou focalizações do contexto comunicativo, através de padrões subjetivos e intersubjetivos de percepção, de atenção e de intenção que lhes permitem selecionar, desse contexto, informações que lhes sejam relevantes no e para o processo interacional. Esses diferentes enquadramentos e focalizações são operações cognitivas implicadas no que denominamos atos de referenciação e de significação.

O ato de referenciação se institui em termos de especificações e reespecificações sucessivas de informações que, perceptualmente, identificamos e selecionamos como sendo relevantes para o contexto comunicativo em foco. Nesse contexto, referenciar não é um ato intrinsecamente linguístico, mas sim um ato que decorre de rotinas cognitivas que se instituem em episódios pré-linguísticos de atenção conjunta e de performance gestual (Sinha, 1999, p. 17). Referenciamos para produzir significado(s) na e para a vida. Assim sendo, o ato de referenciação, indissociavelmente constitutivo do ato de significação, de produção de sentidos, é uma atividade cognitiva discursivamente situada e dependente da situação comunicativa.

Ao selecionar informações consideradas relevantes para um dado contexto comunicativo, os seres humanos desencadeiam formas inventivas, imaginativas, figurativas de “apreensão” e de “representação” dessas informações. O ato de significação pressupõe essas diferentes maneiras que o ser humano constrói para apreender e para representar o mundo. A produção de sentidos que emergem do processo de identificação, de seleção e de integração de informações que consideramos relevantes para

uma certa situação interacional, é uma atividade cognitiva subjetivamente experienciada e intersubjetivamente compartilhada.

Faz-se importante notar que, nessa perspectiva teórica, o contexto comunicativo não é compreendido em termos de propriedades objetivas de uma situação social, mas como a instauração de bases de conhecimentos comuns, consideradas relevantes para os participantes envolvidos na situação interacional.

Em Tomasello, identificamos uma definição de contexto comunicativo que, à medida que enfatiza a noção de “relevância” para os sujeitos da situação interacional, converge para aquela que adotamos neste artigo:

Para os seres humanos, o contexto comunicativo não se resume simplesmente a tudo aquilo que está no ambiente imediato, desde a temperatura de uma sala até o som dos pássaros ao fundo, mas, ao contrário, o contexto comunicativo é aquilo que é “relevante” para a interação social, ou seja, aquilo que o participante percebe como relevante e sabe que o outro sabe disso também e assim por diante, potencialmente e ad infinitum. Este tipo de contexto compartilhado e intersubjetivo é o que podemos denominar, como faz Clark (1996), de terreno comum ou, algumas vezes, (quando desejamos enfatizar o contexto perceptual compartilhado), de moldura atencional conjunta. Este terreno comum inclui tudo que ambos conhecemos (e pensamos que conhecemos, etc.) a partir de fatos sobre o mundo até o modo como pessoas racionais atuam em certas condições, e àquilo que as pessoas acham particularmente saliente e interessante. (Tomasello, 2008, p. 74-75, tradução da autora)

Consideradas as concepções de cognição, linguagem, língua e, a partir dessas concepções, aquelas que adotamos para atos de referenciação, atos de significação e, por fim, para contexto comunicativo, opto por discutir, neste momento, uma última concepção teórica que contribui para a defesa de uma abordagem cognitiva o estudo da linguagem humana.

Neste momento, apresento argumentos em defesa da tese de que o dialogismo, para além de um princípio constitutivo da linguagem (Bakhtin, 2000/[1929], 2003/[1979]), pode ser compreendido como uma capacidade cognitiva básica da espécie humana (Tomasello, 2003a[1999], 2003b, 2008).

3 Do pensamento dialógico como capacidade cognitiva

Pesquisas científicas de caráter empírico realizadas por Tomasello (2003a/[1999], 2003b, 2008), no campo da Psicologia Evolucionária, permitem afirmar que, desde a mais tenra idade⁷, em uma perspectiva ontogênica, o pensamento dialógico é elemento constitutivo da cognição humana.

Tanto no campo social como no campo físico do conhecimento [...] envolver-se dialógicamente com outras mentes por meio de símbolos e de discursos durante um período de vários anos acaba por transformar as habilidades cognitivas de crianças de um ou dois anos [...]. Sem esse envolvimento dialógico com outras mentes, essa transformação não ocorreria. (Tomasello, 2003a, p. 243)

As pesquisas realizadas pelo psicólogo evolucionista com vistas à comprovação de sua hipótese filogenética, histórica e ontogenética da cognição humana, corroboraram o argumento de que o dialogismo, para além de um princípio constitutivo da linguagem humana, pode ser compreendido como uma capacidade básica específica da cognição humana. Essa capacidade pode ser flagrada de diferentes maneiras, no processamento discursivo, dentre as quais, por meio do que tradicionalmente denomina-se fenômeno da intertextualidade.

O ato de colocar a língua em funcionamento na forma de textos, para fins da comunicação cooperativa humana, pressupõe o envolvimento dialógico do ser humano com outras mentes. Pelo processo de interação linguística, o ser humano cria um complexo “cenário” discursivo, a partir da instauração de vozes que polemizam entre si, se completam ou respondem umas às outras. Essa parece ser a essência da comunicação linguística dos seres humanos modernos.

Interagimos, comunicamo-nos cooperativamente, no decorrer de toda a vida e em situações as mais diversas, através de textos, e não de um inventário de palavras ou de expressões linguísticas desamarradas entre si, des(con)textualizadas e não intencionais, ou seja, desconectadas da nossa relação com outros seres humanos e da situação comunicativa em foco. O

⁷ Sobre o assunto, conferir, também, Sinha (1999): *Biology, culture and the emergence and elaboration of symbolization*.

texto verbal é um dos artefatos simbólico-culturais com os quais os seres humanos convivem desde o nascimento.

As origens da comunicação cooperativa humana são, portanto, muitas e sua culminância em habilidades de comunicação lingüística representam uma instância a mais — talvez a instância fundamental — do processo coevolucionário pelo qual habilidades cognitivas básicas evoluem filogeneticamente, permitindo, historicamente, a criação de produtos culturais que, por sua vez, provêem crianças em desenvolvimento com ferramentas biológicas e culturais de que necessitam para se desenvolverem ontogeneticamente. (Tomasello, 2008, p. 345, tradução da autora)

Através do uso sistemático e criativo do artefato simbólico-cultural a que denominamos “textos”, os seres humanos interagem entre si, instituem-se intersubjetivamente como sujeitos de linguagem, evoluem culturalmente e, dessa forma, potencializam outra habilidade cognitiva básica da espécie humana, inextricavelmente associada ao pensamento dialógico: a perspectivação conceitual.

Desde os primórdios da civilização humana e, da mesma forma, da mais tenra idade à velhice, os seres humanos utilizam os sentidos da visão, audição, tato e gustação para estabelecer e marcar sua relação com o mundo que os cerca. Sua sobrevivência e evolução dependem, comprovadamente, de suas habilidades percepto-cognitivas. Dentre as habilidades ontogênicas que os seres humanos compartilham, associada ao pensamento dialógico, destaca-se a habilidade de criar perspectivas, ou seja, a habilidade de focalizar, em maior ou menor nível de precisão (proximidade e afastamento), os objetos, os cenários, os eventos com que interagem.

Diante de uma dada posição no espaço, os objetos e os cenários com os quais interagimos são vistos em algum de seus aspectos. Quando o sujeito da visão muda sua posição ou o seu ponto de vista, outros aspectos do mesmo objeto entram em (ou saem de) seu espaço de visão. Mover-se em torno de um objeto ou mover o objeto diante de nós não são as únicas maneiras, no entanto, de experienciar uma relação sinestésica com um dado objeto da nossa percepção.

Os seres humanos coexistem e interagem em seu ambiente sociocultural; portanto, percebem o que os demais seres humanos veem

de outros pontos de vista e aprendem a tomá-los como outras perspectivas para um mesmo objeto perceptual. O mesmo ocorre quando o ser humano adquire, (re)cria e utiliza, para fins comunicativos, os símbolos linguísticos. Ao utilizar os símbolos linguísticos para fins de ativar um processo de encenação discursiva, na forma de textos, a perspectivação conceitual, habilidade perceptuo-cognitiva preliminarmente descrita em termos da interação com um objeto físico, também é ativada.

Quando utilizadas em atos de comunicação, [...] habilidades sociocognitivas servem para criar símbolos linguísticos entendidos intersubjetivamente e perspectivamente, os quais podem ser usados para convidar as outras pessoas a conceptualizar fenômenos de alguma das várias perspectivas, simultaneamente, disponíveis. A internalização de tais atos de comunicação simbólica cria formas de representação cognitiva especialmente flexíveis e poderosas e essas, então, mais tarde, na ontogenia, permitem pensamentos metafóricos, dialógicos e reflexivos. (Tomasello, 2003b, p. 11, tradução da autora)

A intersubjetividade, estreita relação estabelecida entre os seres humanos no ato de produzir linguagem, está associada às aptidões humanas de pensar dialogicamente e de adotar diferentes perspectivas para construir uma determinada referência:

[...] a intersubjetividade é de fundamental importância para compreender o modo como os símbolos linguísticos funcionam, [...] mas não diferencia os símbolos linguísticos de outros símbolos humanos. O que distingue o símbolo linguístico, de modo mais claro, é sua natureza perspectiva. Esse aspecto deriva da aptidão humana de adotar diferentes perspectivas sobre a mesma coisa para propósitos comunicativos diversos e, inversamente, de tratar diferentes entidades como se fossem uma mesma para algum propósito comunicativo; na medida em que as perspectivas estão incorporadas em símbolos, elas criam contrastes. A intersubjetividade dos signos linguísticos revela-se para as crianças pequenas muito cedo no processo de aquisição da linguagem, mas sua natureza perspectiva emerge de forma mais gradual à medida que a criança percebe que existem modos alternativos de ver as coisas e de falar sobre elas. (Tomasello, 2003a, p. 171-172)

A espécie humana interage intersubjetivamente para fins comunicativos. Do ponto de vista cognitivo, essa interação é possível porque os seres humanos compartilham a capacidade de perspectivação conceitual, ou seja, a capacidade de criar, reconhecer e adotar diferentes perspectivas para um mesmo objeto referencial, para um mesmo evento, para uma mesma situação. A perspectivação conceitual é uma capacidade que se desencadeia, ao longo da infância, por meio dos diversos tipos de interação discursiva a que a criança está exposta em seu cotidiano, ou seja, por meio da interação discursiva que se estabelece com aqueles que a criança reconhece como sujeitos intencionais e atencionais iguais a ela:

[...] o que acontece é que, gradualmente, ao longo da primeira infância, as crianças ganham experiência com o interjogo entre suas próprias mentes e as dos outros, sobretudo por meio de vários tipos de interações discursivas. [...] Para compreender as comunicações alheias, as crianças têm de simular, de alguma forma, a perspectiva das outras pessoas quando elas se expressam linguisticamente, e, nesse sentido, o ir e vir da conversa obriga a criança a uma constante mudança de perspectiva, da sua para a dos outros e novamente para a sua. (Tomasello, 2003a, p. 246)

A fim de se comunicarem cooperativamente, os seres humanos, ontogeneticamente, vivenciam e compartilham a natureza, simultaneamente, intersubjetiva — portanto, dialógica — e perspectiva da cognição.

Diante de resultados de pesquisa alcançados, contemporaneamente, no campo da psicologia evolucionária, alguns dos insights filosóficos de Bakhtin (1895-1975) parecem ganhar sustentação de caráter científico. Naqueles apresentados por Tomasello (2003a, 2003b, 2008), é possível constatar que, na perspectiva ontogênica, duas habilidades cognitivas básicas constitutivas da espécie humana podem ser descritas em termos da aquisição e do uso de representações cognitivas perspectivas, na forma de símbolos linguísticos, e do desenvolvimento do “pensamento dialógico”. Segundo o psicólogo evolucionista, enquanto a primeira habilidade (a perspectivação conceitual) subjaz no uso de analogias e de metáforas, a segunda (a intersubjetividade) se desenvolve à medida que os seres humanos, desde a infância, internalizam certos tipos de interação discursiva, aprendidas e utilizadas em concretos contextos comunicativos (Tomasello, 2003a, p. 14).

De acordo com os argumentos aqui apresentados, inúmeros fenômenos linguísticos, das dimensões mais discretas do processo de estruturação linguística a fenômenos de natureza semântico-pragmática — identificados de diferentes formas em diferentes situações de uso da linguagem verbal — passam a ser compreendidos como uma manifestação concreta da natureza, simultaneamente dialógica e perspectiva da cognição humana. Diante dessa compreensão, podemos redefinir ou delimitar, por exemplo, a forma como compreendemos o fenômeno da intertextualidade.

4 Por uma redefinição do conceito de (inter)textualidade

Como discutido no tópico anterior, os seres humanos modernos compartilham um aparato cognitivo que se institui com base em experiências cumulativas vivenciadas, simultaneamente, nas dimensões filogenética, histórica e ontogenética da espécie.

Na dimensão filogenética, desenvolvemos a capacidade de nos identificar com os nossos coespecíficos, reconhecendo-os como sujeitos mentais e intencionais iguais a nós mesmos. Na dimensão histórica, compartilhamos artefatos culturais e tradições comportamentais que, na forma de textos (orais e escritos), acumulam modificações ao longo do tempo. Na dimensão ontogenética, crescemos em meio aos artefatos culturais, dentre os quais “textos” dos mais variados tipos e funções. A aquisição e uso desses artefatos simbólico-culturais nos facultam capacidades específicas à espécie humana, dentre essas capacidades destacam-se o pensamento dialógico e a perspectivação.

Através da interação verbal, os seres humanos se instituem sujeitos de linguagem, ou seja, sujeitos que colocam a língua em atividade em concretos contextos sociocomunicativos. Esses contextos são intersubjetivamente construídos para fins comunicativos, em última análise, para fins da co-construção da referência e do sentido, e isso ocorre a partir da adoção de diferentes perspectivas.

Podemos retomar os argumentos anteriores, adotando um outro modo de dizer, uma outra perspectiva. Isso pode ser flagrado, em todo momento, no processo de leitura de uma tese acadêmica, no decorrer de

um romance, em situações informais e íntimas de interação, como em uma conversa entre amigos.

Nós, seres humanos, nos instituímos sujeitos de linguagem na relação que estabelecemos com outros sujeitos de linguagem. Produzimos discurso/texto na relação que estabelecemos com outros discursos/textos. Através do ato de enunciação, instauramos e revelamos a capacidade humana de pensar dialogicamente, de interagir com outros sujeitos empíricos que reconhecemos como sujeitos de linguagem, que reconhecemos como coespecíficos, iguais a nós mesmos. O processo de enunciação pode ser compreendido, metaforicamente, como um “palco” em que, no aqui-e-agora do discurso, diferentes vozes e diferentes dizeres são flagrados em diferentes espaços e tempos. Essas vozes e dizeres não se instituem de maneira fundadora, inaugural, adâmica. Elas polemizam com vozes identificadas em outras situações interacionais, em outros discursos, em outros textos, que passam a ser, no aqui-e-agora, recordados, recontados, conhecidos em outra perspectiva. No palco enunciativo em que todos nós atuamos, podem ser flagradas manifestações concretas daquilo que ocorre nos bastidores da cognição: a capacidade humana de pensar dialogicamente e de criar e reconhecer diferentes perspectivas para um mesmo objeto.

No processo de textualização da linguagem humana, a manifestação do fenômeno da intertextualidade pressupõe a (re)contextualização de um cenário enunciativo já construído, que passa a ser “recordado”, “recontado”, “reconstruído”, “reconhecido”, no aqui-e-agora, em outra perspectiva. Cenários enunciativos, já vivenciados e compartilhados culturalmente, quando recontados, reconstruídos, tomados em outra perspectiva e reconhecidos pelos interlocutores de uma dada situação interacional, desencadeiam a construção e a compreensão de um cenário discursivo novo, denominado “cenário discursivo intertextual”.

Na linguagem verbal, os aspectos discursivos recontextualizados pelo/no processo de encenação discursiva intertextual podem ser reconhecidos em diferentes níveis de granularidade, ou seja, nas dimensões fonético-fonológica, lexical, morfossintática, semântico-pragmática. Quando adotamos um conceito mais amplo de texto, este artefato simbólico-cultural pode ser constituído em outras semioses e, sendo assim, com base em outros sistemas simbólicos. Dessa forma, podemos destacar textos pictóricos, cinematográficos, musicais, matemáticos etc.

Da mesma forma como ocorre com o fenômeno metafórico e metonímico, o fenômeno da intertextualidade, investigado em diferentes perspectivas e, em particular, na perspectiva cognitiva, não se restringe, à dimensão linguística dos processos de comunicação humana, ao uso do sistema simbólico a que denominamos língua⁸. Em outros universos semióticos, esses fenômenos (e o da intertextualidade, em particular) também estão indiciados em diferentes níveis de granularidade, o que abre possibilidade para que trabalhos de pesquisa, em diversas perspectivas, possam ser realizados.

Em termos operacionais, a intertextualidade pode ser compreendida, portanto, como um processo de encenação discursiva desencadeado por interlocutores que, em um dado contexto comunicativo, (re)contextualizam, (re)perspectivam, intencionalmente, aspectos de um cenário discursivo prévio e, dessa forma, criam um cenário discursivo novo, atual.

Em termos cognitivos, um processo de encenação discursiva intertextual, indiciado em textos de diferentes tipos e funções, em diferentes sistemas semióticos e em diferentes níveis de granularidade, ocorre porque os seres humanos compartilham capacidades cognitivas específicas à espécie — dentre as quais o pensamento dialógico e a perspectivação conceitual.

Referências

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2002 [1929].

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1979].

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução de Paulo Bezerra. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005 [1929].

CAVALCANTE, Sandra Maria Silva. *A metáfora no processo de referenciação*. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Programa de Pós-

⁸ Para estudos, em uma perspectiva cognitiva, que focalizam fenômenos de natureza discursiva (semântico-pragmática) manifestados em diferentes sistemas semióticos, conferir: CAVALCANTE, GOMES JR (2021); OLIVEIRA (2016, 2022); VALLE (2018); VICENTINI (2023).

Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

CAVALCANTE, Sandra Maria Silva. *O fenômeno da Intertextualidade em uma perspectiva cognitiva*. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Linguística (POSLIN), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

CAVALCANTE, Sandra; MILITÃO, Josiane. Vida na marginal: constituição identitária, emoções e metáfora em uma perspectiva cognitiva. In: CAVALCANTE, Sandra; MILITÃO, Josiane (org.). *Linguagem e Cognição: desafios e perspectivas contemporâneas*. Campinas, SP: Editora Mercado de Letras. Série Ideias sobre Linguagem. 2019. p. 225-262.

CAVALCANTE, Sandra. Novas intersubjetividades, pontos de vista e emoções em práticas discursivas de migrantes. In: CAVALCANTE, Sandra; GABRIEL, Rosângela; MOURA, Heronides (org.). *Linguagem, cognição e cultura: estudos em interface*. Campinas: Mercado de Letras, 2020. v.1, p. 261-290.

CAVALCANTE, Sandra; GOMES JR, Ronaldo Correa. Metáforas visuais e multimodais na conceptualização da COVID-19. *Calidoscópico*, v. 19, n. 1, p. 104–119, 2021. <https://doi.org/10.4013/cld.2021.191.08>

DONALD, Merlin. *Origens do pensamento moderno*. Tradução de Carlos de Jesus. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

ELAN (Versão 6.0) [Computer software]. (2020). Nijmegen: Max Planck Institute for Psycholinguistics, The Language Archive. Retirado de: <https://archive.mpi.nl/tla/elan> Acesso em: 4 fev. 2024.

GEERAERTS, Dirk. A rough guide to cognitive linguistics. In: GEERAERTS, Dirk. *Cognitive linguistics: basic readings*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2006. p. 1-28.

GEERTZ, Armin W. *Brain, body and culture: A biocultural theory of religion*. *Method & Theory in the Study of Religion*, Leiden, v. 22, n. 4, p. 304-321, 2010.

JOHNSON, Mark. *The body in the mind: the bodily basis of meaning, imagination, and reason*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to Western Thought*. Chicago and London: University of Chicago Press, 1999.

MORIN, Edgard. *A religação dos saberes: o desafio do século XXI*. Jornadas temáticas idealizadas e dirigidas por Edgar Morin. Tradução e notas Flávia Nascimento. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MORIN, Edgard. *O método 3: a consciência da consciência*. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 1999.

OLIVEIRA, Juliane Ferraz. *O cômico popular na era digital: um estudo sobre o processo de metaforização implicado na experiência humana do riso*. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016..

OLIVEIRA, Juliane Ferraz. *Como narramos o modo como amamos? Um estudo sobre processos de encenação da experiência do amor em conversas instituídas por mulheres negras*. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

SAUSURRE, Ferdinand de. *Escritos de linguística geral*. Tradução de Carlos Augusto Leuba Salum; Ana Lucia Franco. São Paulo: Cultrix, 2002.

SINHA, Chris. Grounding, mapping and acts of meaning. In: JANSSEN, Theo; REDEKER, Gisela (Ed.). *Cognitive linguistics: foundations, scope and methodology*. Berlin & New York: Mouton de Gruyter, 1999. p. 223-255.

SINHA, Chris. (2005). Biology, Culture and the Emergence and Elaboration of Symbolization. In: A. P. Saleemi, O. S. Bohn, & A. Gjedde. (eds.). *In: Search of a Language for the Mind-Brain: Can the Multiple Perspectives Be Unified?* Aarhus University Press, 2005. p. 311-335.

TOMASELLO, Michael. *Origens culturais da aquisição do conhecimento humano*. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003a [1999].

TOMASELLO, Michael. *Origins of human communication*. Cambridge: MIT Press, 2008.

TOMASELLO, Michael. The key is social cognition. In: GENTNER, Dendree; GOLDIN-MEADOW, Susan (ed.). *Language in mind*. 2. ed. Cambridge: MIT Press, 2003b. p. 47-57.

TOMASELLO, Michael. Usage-based linguistics. In: GEERAERTS, Dirk. *Cognitive linguistics: basic readings*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2006. p. 439-458.

VALLE, Karoline Faria. *Construção de imagens mentais: uma análise cognitiva do processo de enunciação radiofônica*. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa e Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Letras. Belo Horizonte, 2018.

VICENTINI, Sabrina Gabriela. *Migração e refúgio em campanhas publicitárias: um estudo de natureza semiótico-cognitiva*. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2023.